E-GOV: DO CONTROLE SOCIAL TOTALITÁRIO À ÁGORA DIGITAL E DEMOCRÁTICA

Aírton José Ruschel¹

Aires José Rover²
aires.rover@gmail.com

Hugo Hoeschl³
i3g@i3g.org.br

Sumário: 1.Sociedade em rede; 2.Governo eletrônico; 3.Governo totalitário; 4.A nova ágora; 5. Referências Bibliográficas.

Resumo: A sociedade em rede, calcada nas novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) mudou a maneira como as pessoas enxergam as oportunidades do mundo e se relacionam. Neste sentido, os Estados nacionais se esforçam em desenvolver um governo eletrônico (*e-gov*) para manter sua hegemonia no controle social da sua sociedade. Até que ponto o *e-gov* serve para dar suporte aos serviços públicos necessitados pelos cidadãos? Ou, a intenção maior é manter o controle social das pessoas físicas e jurídicas? Até que ponto a vigilância constante e cada vez mais aprimorada pela tecnologia não levará a um modelo de governo totalitário, onde as relações pessoais deixam de existir, para que as pessoas se conectem diretamente com o governo através da rede? Será que o fenômeno “1984” pode se repetir? Esta preocupação, considerando a ficção de George Orwell e as questões de Edgar Morin para que saíamos do século XX são contrapostos neste artigo com outros autores. Já que a Internet é um fenômeno global, e nesta esteira segue o *e-gov*, até que ponto eles podem gerar efeitos desastrosos nas economias e nas sociedades menos estruturadas, aumentando a diferença entre os incluídos e os excluídos sociais, ou entre os que estão na rede digital e os que estão de fora? Portanto, uma nova ordem na relação Estado/cidadão precisa ser pensada e posta em prática num curto espaço de tempo para que o mundo globalizado e ligado em rede possa viver em harmonia, respeitando a natureza e todas as formas de vida e as demandas sociais. A sociedade, mantendo um diálogo entre os diferentes povos e culturas, governo e governados, com uma visão sistêmica e interdisciplinar, e com o apoio da tecnologia, pode equacionar estes problemas e deixar um mundo melhor para as próximas gerações, criando na rede uma nova ágora, desta vez digital.

Palavras-chave: *E-gov*, globalização, sociedade em rede, inclusão digital, ágora.

1. Sociedade em rede

¹ Analista de Sistemas. Especialista em Banco de Dados - Center of International Cooperation for Computerization - CICC – Tóquio. Mestre em Antropologia Social – UFSC. Doutorando do Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento - EGC UFSC.

² Professor Doutor - Programa de Pós Graduação em Direito CPGD - UFSC, Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento - EGC - UFSC .

³ Professor Doutor - Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento - EGC – UFSC.

Sociedade em Rede, ou *Network Society*, é um conceito cunhado por Manuel Castells, o qual sintetiza a morfologia desta nova sociedade que estamos vivendo, onde tudo é sistêmico e interconectado. Dentre as transformações sociais que afetam esta sociedade, destacam-se o uso da Internet e das TICs (tecnologias da informação e comunicação) como fatores importantes, que proporcionam uma maior facilidade de acesso e troca de informações entre os diversos sujeitos individuais ou coletivos. O sujeito coletivo pode ser entendido como sendo os trabalhadores de uma empresa, membros de uma instituição, ou mesmo, de um grupo informal e efêmero, que se cria entorno de um objetivo comum. Esta comunicação intensa colabora inclusive com o desenvolvimento de fenômenos complexos, como a globalização, por exemplo.

Ruschel & Ramos (2007) consideram que, para que haja uma melhor compreensão da sociedade atual, seja interessante identificar os elementos fenomenológicos que contribuem para esta transformação social, dentre os quais merecem destaque a virtualidade, a globalização e a busca por um novo capitalismo racionalista visando um desenvolvimento tecnológico e sustentável. Esta virtualidade está mudando a maneira do homem ver o mundo, pois neste momento ele tem condições de avaliar o seu próprio ser, a partir da diversidade que as comunicações abertas e os contatos privados da Internet lhe trazem. Estereótipos e conceitos estão sendo reavaliados com muita velocidade, e até mesmo aquilo que era considerado contraditório ou preconceituoso, está sendo aceito, pois em algum lugar do mundo, estas situações são mais comuns do que se imaginava, e estão em equilíbrio com a natureza. O homem, historicamente construído nos limites da sua episteme, está ampliando suas referências e reconfigurando sua posição no contexto social.

Este impacto na consciência do homem, ou da sua visão do mundo, pode ser comparado àquele que Hannah Arendt (1989) identificou e que mudou drasticamente o entendimento da vida humana “A invenção do telescópio foi muito importante para a humanidade, pois “mudou” a maneira de se ver o mundo. Quebrou-se a dicotomia Terra/céu (como algo finito), passando a enxergar o infinito.” (Arendt , 1989, p. 270)

“Não foi a razão, mas um instrumento feito pela mão do *homo faber* – o telescópio – que realmente mudou a concepção física do mundo e levou ao novo conhecimento.” (Arendt, 1989, p. 286). A partir desta constatação, pode-se afirmar que a emergência da Internet reorganizou todos os fatores de produção de conhecimento; e as novas combinações destes fatores possibilitou a produção de forma escalar geométrica dos demais meios de produção, mas, principalmente do conhecimento. A citar, um único projeto de *software*, contratado por alguma empresa com filiais em todo mundo, pode ser desenvolvido em rede pela *Internet* por milhares de profissionais de culturas diferentes, espalhados por todo o globo. O dia e a noite se fundem numa única jornada de trabalho gerida por um sistema informatizado e mundial. A referência tempo e distância, deixou de existir.

Ao considerar que cada elemento ligado na rede global é o resultado de um processo histórico cultural ligado a um recorte local do social e da geografia, existe uma preocupação da homogeneidade que os processos globais tentam impingir ao local. A globalização tenta mudar “em nome da utilidade” a tradição cultural e a natureza local. Ruschel & Ramos (2007) constataram que a exploração irracional da natureza, juntamente com a degradação ambiental está contribuindo para a destruição do planeta tendo como conseqüências:

o efeito estufa, o aquecimento global, a extinção de espécies animais/vegetais, contaminação dos mananciais de água potável, desmatamento desordenado dentre outros efeitos prejudiciais ao meio ambiente, que põe em risco a sobrevivência dos atuais seres vivos bem como das gerações futuras.

Para Ruschel & Ramos (2007) está surgindo de um fenômeno social oriundo da própria irracionalidade do capitalismo que se reflete na conscientização humana de que é preciso repensar o capitalismo como um sistema econômico e racional. Para Touraine, “o movimento altermundialista é um elemento central de nossa época, porque se opõe diretamente à globalização enquanto pretensão de eliminar todas as formas de regulamentação social e política da atividade econômica” (Touraine, 2006, p. 37). É preciso considerar que os valores locais e suas regras construídas dentro da sua cultura, devem ser respeitados. A prioridade número um é frear o efeito estufa, bandeira do recebedor do Prêmio Nobel da Paz, ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore. Governantes das nações que eram alheios a estas preocupações estão sendo sensibilizados pelo seu próprio povo, que clama pela preservação do meio ambiente equilibrado e pela promoção do desenvolvimento econômico e social de forma sustentável. A humanidade conta com a vontade das pessoas e das novas TICs, em especial da Internet, que aliadas a uma visão sistêmica e interdisciplinar dos problemas mundiais poderão resolvê-los.

É neste mundo complexo que a sociedade em rede está sendo construída, permitindo que os diversos sujeitos possam se conectar pela Internet na grande rede, independentemente do lugar onde estejam; desde que possuam acesso à rede mundial de computadores, podendo assim, trocar informações, tecnologias, gerar conhecimento e trocar boas práticas. Soluções particulares, se bem analisadas e discutidas, podem se tornar um amparo para comunidades do outro lado do globo. As comunidades virtuais que estão se formando podem, dentre outras coisas, discutir os problemas de ordem global que afetam, direta ou indiretamente, toda a sociedade.

2. Governo eletrônico

Muitas soluções de comunicação e sistemas informatizados, que foram desenvolvidos por tecnologias próprias, estão sendo portadas para o ambiente da Internet. Esforços para integrar voz, texto, imagem, dados, hipermídia, telefonia fixa e móvel, televisão, câmeras de vigilância, emissores de sinais de localização (GPS) e outros dispositivos de acionamento de equipamentos, estão sendo feitos para que funcione na plataforma Internet, combinado com equipamentos *palm*. A integração é possibilitada pelo uso intensivo das TICs, através de grandes investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), aprimoramento dos *softwares* e o desenvolvimento da nanotecnologia, que tem diminuído em muito o tamanho dos equipamentos (*hardware*) e aumentado em muito as suas capacidades de processamento e armazenamento. Um fator preponderante para toda esta atividade é que o mercado consumidor está ávido por mais parafernálias eletrônicas que facilitem a sua vida e sua comunicação com outras pessoas, e também hoje, com interfaces robotizadas, que podem remeter o usuário a uma informação localizada em um servidor em redes, que está situado em qualquer lugar do mundo.

Os avanços tecnológicos das TICs e engenharia e gestão do conhecimento produzem desafios para as empresas e para a respectiva competitividade. Igualmente, os governos, se preocupados com os resultados que oferecem à sociedade, são instados a modernizar a própria gestão e a apropriação dos atos, fatos e atendimentos que geram e/ou produzem.

O governo eletrônico (*e-gov*) tem sido definido como o uso intensivo das TICs para promover um governo mais eficiente e efetivo. Isto é: para facilitar a acessibilidade ao serviço governamental, através de um maior acesso público à informação e para fazer um governo mais prestador de contas aos cidadãos. (Busquets, 2006) Vários sistemas, que consistem em informações e serviços, podem ser abrangidos pelo governo eletrônico:

- G2G, governo para governo;
- G2C, governo para cidadão; e
- G2B, governo para negócio (*business*).

O fluxo das informações pode acontecer nos dois sentidos e em volumes que variam nas diversas esferas governamentais. Neste contexto de globalização, tanto o Brasil quanto os demais países da América Latina e do mundo, investem com maior ou menor intensidade no governo eletrônico. Conforme Busquets (2006) uma das primeiras intenções de conhecer o grau de desenvolvimento do governo eletrônico está nos trabalhos do cientista político Darell M. West, que foi quem construiu um índice composto de sete indicadores sobre os seguintes conceitos: serviços on-line, serviços eletrônicos, política de privacidade, política de segurança, qualidade informática do site, modalidades de financiamento e alcance público de interação. Este índice é desenvolvido desde 2001 e no informativo de 2004, foram analisados 1.935 sites de governos de 198 países diferentes. Com este maior envolvimento do sistema governo com os elementos que o compõe, ressalta-se que o governo eletrônico também pode incrementar a democracia eletrônica (*e-democracia*) e permitindo conforme Busquets (2006):

- Incrementar a transparência do processo político;
- Elevar o envolvimento direto e participativo dos cidadãos; e
- Melhorar a qualidade na informação da opinião pessoal, abrindo novos espaços de informação e deliberação.

Além de levar, a todo aquele que tenha passado por um processo de inclusão digital, os direitos e deveres do cidadão perante o governo, muita criatividade pode aflorar com as novas informações e com a maneira que são acessadas, assimiladas e retransmitidas, gerando oportunidades. Quadros (2004, p. 239) afirma que “É preciso lembrar que o governo eletrônico também traz novas oportunidades de negócios para empresas de tecnologia e modificará a forma como são feitas as compras públicas, dando oportunidades a empresas que antes tinham seu acesso dificultado às licitações públicas.” A autora também entende que isto é um processo e quer saber como isto influenciará nas expectativas dos cidadãos e no modo de funcionamento dos governos. (Quadros, 2004)

Ser “um incluído digital” representa primeiramente ter confiança no sistema, no sentido de que ao interagir com uma *interface Web* de um portal de governo eletrônico, o usuário tenha vantagens, pois mesmo que a internet pareça estável, ela muitas vezes é alvo de pessoas descuidadas ou mal intencionadas, neste caso, os criminosos digitais. Para Ruschel (2007, p. 184) “Os crimes digitais prejudicam os consumidores, empresas e governos, pois fazem com que os usuários hesitem em fornecer seus dados através da internet, por falta de segurança e privacidade de sua informação”. Mesmo assim, percebemos que as vantagens são grandes e o aprimoramento da internet será feito com seu uso massivo e intensivo.

Entende-se que uma maior interação do cidadão e do governo, com o aperfeiçoamento do instrumento de comunicação, levará o sistema a um aprimoramento em diversos aspectos, entre eles a segurança (com o uso de assinaturas digitais e conscientização de usuários), qualidade no conteúdo dos portais (utilização de técnicas de Inteligência Artificial, *Web Semântica*, Ontologias e *Design*) e colaboração. Neste sentido Ferguson conceituou o governo eletrônico como “a contínua otimização da prestação de serviços do governo, da participação dos cidadãos e da administração pública pela transformação das relações internas e externas através da tecnologia, da Internet e dos novos meios de comunicação” (Ferguson, 2002, p. 104).

O governo eletrônico com o uso das TICs não só acelerou a comunicação entre as partes (G2G, G2C, G2B), mas mostrou muitas vezes a fragilidade e a deficiência dos sistemas existentes, bem como da falta de gestão de pessoal para utilizar os sistemas. Exposto o problema, o governo passou a sofrer uma pressão para qualificar estes sistemas, melhorando a infraestrutura das TICs e implantando novos modelos de gestão, passando pela inovação, em busca da satisfação da expectativa do cidadão.

Para Ruschel & Helou Filho (2008), no sentido de qualificar a governança, surgiram instituições como a Organização das Nações Unidas, Banco Mundial, observatório econômicos e sociais, que buscam sistematizar dados e informações vindas de diversos sistemas existentes, sociais e econômicos, e outros a serem construídos. Isto é feito de forma científica e organizada, para mostrar aos governos que é possível melhorar de forma significativa e continuada, os sistemas e a maneira de governar existentes até então, objetivando uma melhoria social. Neste caso, as informações colhidas pelos sistemas de *e-gov* servem de subsídio para a tomada de decisão para investimentos em serviços sociais e maior desenvolvimento da sociedade, com aportes de melhorias bem identificados.

A impressão que o cidadão tem, de que as informações que ele fornece aos sistemas do governo servem somente para que ele seja monitorado, precisa ser mudada. Muito esforço por parte do governo terá que ser feito para que esta imagem seja melhorada e o cidadão passe a confiar no sistema.

3. Governo totalitário

“Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos? Temos várias respostas. Somos pequeninos perto da grandeza do universo. O *homo sapiens* tem por característica ter a capacidade para resolver os problemas, desvendar os enigmas, abordar os mistérios.” (Morin, 1986, p. 13) Estas questões, enunciadas pelo sociólogo Edgar Morin, nunca estiveram tanto em voga como nos dias de hoje, em que já estamos no século XXI. Com as evoluções da ciência (novas tecnologias como carbono 14, biotecnologia, reconstrução genética, e novas teorias sociais sobre o mundo), o homem está reconstruindo a sua história. Não somente a estendendo para o passado, mas fazendo novas interpretações da história conhecida. Portanto, se não temos certeza do nosso passado, o futuro é mais incerto ainda.

Nossa única certeza é de que ainda não sabemos de que forma chegamos aos dias de hoje. A história sempre foi construída pela ideologia dos vencedores e da elite dominante. Governos totalitários sempre existiram e continuam a subjugar seus povos, inclusive com a conivência de governos ditos democráticos.

É importante que cada povo conheça a sua história recente, mesmo que isto dê algum trabalho para ser documentada e analisada. Pesquisa divulgada pela Deutsche Welle (2007) mostra que para muitos adolescentes alemães, passados 17 anos da unificação alemã, a Alemanha Oriental não era uma ditadura, ou seja, que tinha um governo totalitário. Segundo a notícia, o atual ensino de história não inclui este capítulo da história da Alemanha, preferindo discutir a Guerra dos 30 Anos. Os alunos perceberam de forma positiva o lado oriental, pois sabem que os aluguéis eram baixos, as creches eram excelentes e os cuidados com o meio ambiente eram maiores que do lado ocidental. Mas os alunos não “sabem” que no lado oriental havia pena de morte, que os salários não eram equitativos, e que o governo comunista coibia os direitos pessoais. Neste momento, uma comissão do currículo escolar alemão está reescrevendo a história das origens da Alemanha unificada, incluindo fatos recentes, com uma análise contextualizada, inclusive com testemunhos de pessoas vivas que sofreram privações com o governo comunista.

As informações que o cidadão recebe pelos meios abertos (televisão, rádio e jornal) são filtrados por agências que determinam o que cada região global pode ficar sabendo. Para Morin “Não se vê o que é, vê-se o que não é; e, assim o que não é (é uma “vil calúnia”), é: os pseudofatos proclamam a sua verdade (pela boca dos porta-vozes, dos atores forçados); e confessam (pela boca dos acusados).” (Morin, 1986, p. 37) E isto não caracteriza somente governos ditos ditatoriais, mas também países que promovem guerra pelo mundo em nome da democracia. Pseudofatos geram pseudo-informação, e isto de forma organizada pode determinar os limites do pensamento e da atuação do “cidadão”. Algumas agências se esforçam, mas sem resultados efetivos, no sentido de controlar a Internet.

George Orwell, em sua ficção “1984”, descreve uma nação que tem um governo totalitário, onde tudo é planejado pelo Grande Irmão, o qual protege e alimenta o “cidadão” e permite que ele seja “livre” dentro dos limites do sistema. Orwell (1984) E neste caso, a tecnologia representada pela “teletela” vigia a todos, o tempo todo e em todos lugares.

Governos totalitários para manter sua imagem “heróica” refazem sua história. Mas precisam fazer isto constantemente. Para o Partido “Quem controla o passado, controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado”. (Orwell, 1984, p.36) Existem especialistas

cuja tarefa é retificar previsões erradas feitas nos meios de comunicação, para mostra que o Grande Irmão sempre acerta as previsões. Isto era feito com toda literatura ou documentação que pudesse ter o menor significado político ou ideológico. (Orwell, 1984, pp. 40-41)

“E funcionando anonimamente não se sabia como, nem onde, ficava o cérebro orientador, que coordenava todo o trabalho e fixava diretrizes, mandando conservar este ou aquele fragmento do passado, falsificar outro, e eliminar completamente aquele outro.” (Orwell, 1984, p. 43) A questão de onde está o ponto central da rede e o que será feito das informações colocadas no sistema, é o que certamente aflige o usuário de um sistema informatizado para informações governamentais. Até que ponto há o sigilo e o bom uso das informações? Qual a “idoneidade” do gestor do sistema? E de que forma as informações pessoais não irão cair na mão de estelionatários? Estas são questões que urgem ser esclarecidas ao cidadão.

A coleta e organização de informações são o ponto forte de qualquer governo, pois são necessárias para gerir o bem comum. Mas para Morin (1986, p. 53) “... o ponto mais forte do sistema, isto é, seu dispositivo informacional, é, ao mesmo tempo, seu ponto mais frágil. A perda do poder informacional provoca a desintegração em cadeia do totalitarismo”. Portanto, o dispositivo informacional é o ponto mais forte também do sistema democrático, mas neste caso, uma base de informações verídicas e com qualidade da fonte, onde o cidadão forneceu dados de forma espontânea e consciente e não sob coação. Este sistema de informações precisa se manter coeso com a vontade democrática do seu povo e em seu benefício.

4. A nova ágora

Qual o limite que o governo tem com o uso do *e-gov* quando entra na vida do cidadão e tenta buscar informações contraditórias informadas pelo cidadão, através de técnicas de *data-mining*, *business intelligence*, e inteligência artificial, que levem a um sufoco da pessoa perante a máquina estatal? Orwell já alertou para as intenções do totalitarismo “Tu estará morto dentro de ti. Nunca mais serás capaz de amor, ou amizade, ou alegria de viver, riso, curiosidade, coragem, ou integridade. Serás oco. Havemos de te espremer, te deixar vazio, e então saberemos como te encher.” (Orwell, 1984, p. 238) Neste sentido é necessário uma legislação que limite os poderes dos mecanismos dos sistemas de vasculhar a vida privada do cidadão. A capacidade dos técnicos informáticos e das ferramentas digitais deve ser usada para apropriar o benefício da análise de dados, em prol do cidadão. Dispositivos em rede, principalmente o aparelho de telefone celular, podem ser usados em pesquisas e votações pontuais sobre determinadas questões públicas, num esforço pela e-democracia.

O que o cidadão precisa exercitar, é a resolução de problemas, contando com o apoio de pessoas que compartilhem da mesma intenção comunitária, sem depender de um sistema de *e-gov* que aja em um só sentido, ou seja, sugando a pessoa.

A ágora era na antiguidade o local, geralmente a praça pública, onde os cidadãos das antigas cidades gregas, reuniam-se na forma de assembléias do povo, para discutir

os seus problemas. Governos totalitários sempre oprimiram o povo que se reunia com vocação democrática para tentar suprir suas demandas, e muitos massacres ocorreram para coibir as assembleias do povo.

O governo eletrônico pode dispor de uma nova ágora para a sua sociedade se utilizando da rede existente. As pessoas fornecem e recebem informações pela Internet. Este é o ponto crucial para que o esforço da comunicação ocorra nos dois sentidos (G2G, G2C, G2B). No presente, é preciso que haja uma confiança no interlocutor virtual e que este crédito se prolongue para o futuro. As pessoas organizadas em redes comunitárias têm como extrapolar o sistema, suprimindo as necessidades do seu grupo, do seu país, ou de grupos similares no exterior, ou seja, no sentido de mudar o mundo para melhor. Esta nova forma de organização social que tende a ser predominante no mundo contemporâneo, a partir do crescimento das comunidades virtuais, neste sentido, “após a transição da predominância de relações primárias (corporificadas em famílias e comunidades) para a de relações secundárias (corporificadas em associações), o novo padrão dominante parece fundar-se no que poderíamos chamar de relações terciárias, ou segundo Wellman, ‘comunidades personalizadas’, corporificadas em redes egocentradas”. (Castells, 2003, p.108) A sensação pode ser de “um para um”, mas a efetividade é de grupo para grupo ligado em rede.

Somente o uso intensivo da Internet por todos os segmentos da sociedade, inclusive àqueles que hoje, estão à margem do bem estar social, que hoje significa também não usar o computador ou a Internet, pode fazer com que as TICs, programas aplicativos e pessoal de suporte, sejam qualificados para que o *e-gov* seja a verdadeira interface entre o povo e seus governantes. Realmente, cabe ao Estado qualificar os canais de comunicação com a população, pois é por aí que irão fluir as demandas e soluções emanadas da sensibilidade e experiência da base.

No mundo contemporâneo, há cada vez mais a predominância do fenômeno da modernidade o que implica na necessidade de buscar compreender a realidade social, considerando a diversidade das culturas, de forma localizada histórica e geograficamente, para que a sociedade não se afaste do seu sujeito.

De forma preponderante, a confiança que as pessoas têm umas nas outras, algo que é culturalmente construído, pode ser mais pesquisada e aprimorada, por programas governamentais de inclusão digital. Ou seja, uma atualização tecnológica em fluxo contínuo, que resultará num maior crédito nas comunidades virtuais, e transformando o *e-gov* na nova ágora. A sinergia deste ambiente democrático, mediado pela tecnologia, irá alavancar idéias e soluções, que na forma de corrente irá certamente mudar o mundo, de forma inclusiva para todos.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1989.

BUSQUETS, José Miguel. 2006. El Gobierno Electrónico en America Latina: Estrategias y Resultados. In: GALINDO, Fernando (Coord.). *Gobierno, Derechos y Tecnología: Las actividades de los poderes públicos*. Thomson Civitas, Universidad de Zaragoza (Espanha), pp. 159-171.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

DEUTSCHE WELLE. *Para muitos adolescentes alemães, Alemanha Oriental não era uma ditadura*. Alemanha. 17/12/2007 Disponível em <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,3009102,00.html> Acesso em 6/5/2009

FERGUSON, M. Estratégias de governo eletrônico: o cenário internacional em desenvolvimento. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (Org.). **Internet e Política: Teoria e Prática da Democracia Eletrônica**. Belo Horizonte: UFMG. pp. 103-140. 2002

ORWELL, George. *1984*. 17.ed. Companhia Editora Nacional. 1984.

MORIN, Edgar. *Para sai do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986.

QUADROS, Jaqueline Maria. Governo eletrônico e Direito Administrativo. In: ROVER, Aires José (org.). *Direito e Informática*. Barueri, SP: Manole. 2004.

RUSCHEL, Aírton José. Crime Digital In: OLIVEIRA, José C. N. (org.). *Tópicos Emergentes em Segurança Pública: Terrorismo, Organizações Criminosas, Narcotráfico e Crimes Digitais*. 3 ed. Palhoça : Editora Unisul, 2007, v.1, p. 171-217.

RUSCHEL, Aírton José. RAMOS JUNIOR, Hélio Santiago. Tecnologia, Complexidade, Globalização e Sociedade em Rede. In: *Anais do II Simpósio sobre Tecnologia e Sociedade*. Curitiba: CEFET, 2007.

RUSCHEL, Aírton José; HELOU FILHO, Esperidião Amin; Observatório Urbano: Suporte ao Governo Eletrônico. 37ª Jornadas Argentinas de Informática(JAIIO), Simposio de Informática en el Estado(SIE), Santa Fé, Argentina, 2008.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: RJ. 2006.